

Sumário

Nota do autor à 12ª edição	21
Nota do autor à 10ª edição	23
Prefácio	27
Capítulo 1 ► Audiência de instrução e julgamento	31
1. Conceito e generalidades	31
2. Conteúdo e estrutura	33
2.1. Considerações iniciais	33
2.2. Abertura da audiência. Pregão inicial	34
2.3. Tentativa de autocomposição	34
2.4. Produção das provas orais	35
2.5. Alegações finais. Memoriais (razões finais escritas)	36
2.6. Sentença	37
2.7. Conversão do julgamento em diligência	37
3. Documentação da audiência. Lavratura do termo de audiência	38
4. Designação, antecipação e adiamento da audiência de instrução e julgamento	39
5. A unidade e continuidade da audiência. Casos excepcionais de suspensão	42
6. A AUDIÊNCIA PÚBLICA	43
Capítulo 2 ► Teoria Geral da Prova e Parte Geral do Direito Probatório	47
1. Noções introdutórias	47
2. Acepções da palavra “prova”	48
3. Meios e fontes de prova	49
4. O direito fundamental à prova. Relação entre o princípio do contraditório e o direito à prova	50
5. Classificação da prova	53
6. Prova e busca da verdade	55
7. Finalidade da prova	60
8. Destinatário da prova	62
9. Objeto da prova	63

9.1.	Observação preliminar	63
9.2.	Características do fato probando	64
9.2.1.	Controvérsia	64
9.2.2.	Relevância	64
9.2.3.	Determinação	64
9.3.	Fatos que independem de prova (art. 374, CPC)	65
9.3.1.	Fato notório	65
9.3.2.	Afirmado por uma parte e confessado pela parte adversária ou admitido no processo como incontroverso	66
9.3.3.	Fatos em cujo favor milita presunção legal de existência	67
9.3.3.1.	Conceito de presunção legal	67
9.3.3.2.	Presunções legais absolutas. As ficções jurídicas	67
9.3.3.3.	Presunções legais relativas	69
9.3.3.4.	Um caso específico de presunção legal relativa: a recusa da parte a submeter-se a exame genético	70
9.3.3.4.1.	O art. 232 do Código Civil, o par. ún. do art. 2º-A da Lei n. 8.560/1992; o enunciado n. 301 da súmula do STJ	70
9.3.3.4.2.	A aplicação das regras nas ações de investigação de paternidade/maternidade e de investigação de ascendência genética	72
9.4.	Prova da fonte normativa (“prova do Direito”)	74
9.5.	Prova de fato ocorrido no estrangeiro	75
10.	Regras da experiência, indícios e presunções	76
10.1.	As regras da experiência	76
10.1.1.	Generalidades	76
10.1.2.	Espécies de regras da experiência	77
10.1.3.	Distinção entre regra da experiência e fato notório	78
10.1.4.	Funções da regra da experiência	78
10.2.	Indícios e presunções judiciais	79
10.2.1.	Indícios	79
10.2.2.	A relação entre os indícios, as regras da experiência e as presunções	80
10.2.3.	Presunções judiciais (simples, comuns ou “hominis”)	83
10.2.4.	A prova prima facie	84
10.2.5.	Prova por amostragem	86
11.	Procedimento probatório	90
12.	Natureza jurídica das normas sobre prova	92
13.	Normas estruturantes do direito probatório	95
13.1.	Poderes instrutórios do juiz. Considerações sobre o garantismo processual	95
13.2.	Aquisição processual da prova	105
13.2.1.	Generalidades. A homogeneidade da eficácia probatória	105

13.2.2. Relevância de saber quem promoveu a produção da prova	107
13.3. Atipicidade dos meios de prova. As provas atípicas	108
13.4. Proibição de prova ilícita	109
13.4.1. Generalidades	109
13.4.2. Prova moralmente ilegítima	110
13.4.3. Prova ilícita e prova ilegítima	110
13.4.4. Critérios para aferição da ilicitude	111
13.4.5. Provas ilícitas por derivação	111
13.4.6. Exceções à proibição da prova ilícita por derivação. Art. 157 do Código de Processo Penal	112
13.4.7. Prova ilícita negocial	112
13.4.8. Direito fundamental à produção de prova e direito fundamental a não ter contra si uma prova produzida ilicitamente	113
13.4.9. Proibição de prova ilícita e proteção da intimidade e da privacidade	114
13.4.10. Proibição de prova ilícita e sigilo telefônico	115
13.4.11. Interceptação telefônica para instrução processual civil	116
13.4.12. Decisão baseada em prova ilícita: nulidade e rescindibilidade	117
13.5. Sistema de valoração da prova pelo juiz: convencimento motivado ou persuasão racional	117
13.5.1. Generalidades	117
13.5.2. “Livre” convencimento motivado	118
13.5.3. Limites à valoração da prova pelo juiz	119
13.5.3.1. Prova constante dos autos, corolário do princípio do contraditório	119
13.5.3.2. Motivação racional	119
13.5.3.3. Motivação controlável	120
13.5.3.4. Regras episódicas de prova legal	120
13.5.3.5. Respeito às regras da experiência	122
13.6. Ônus da prova	123
13.6.1. Conceito. Dimensões (funções) objetiva e subjetiva	123
13.6.2. Ônus da prova como regra de julgamento e de aplicação subsidiária	127
13.6.3. Distribuição legal do ônus da prova	127
13.6.3.1. Generalidades	127
13.6.3.2. A “inversão ope legis” do ônus da prova	130
13.6.3.3. Prova diabólica. Prova duplamente diabólica	131
13.6.3.4. Ônus da prova de fato negativo	133
13.6.4. Distribuição convencional do ônus da prova	136
13.6.5. Distribuição do ônus da prova feita pelo juiz	139
13.6.5.1. Generalidades	139
13.6.5.2. Pressupostos formais gerais	140
13.6.5.2.1. Decisão motivada	140

13.6.5.2.2.	Momento da redistribuição	141
13.6.5.2.3.	Proibição de a redistribuição implicar prova diabólica reversa	142
13.6.5.3.	A regra geral de distribuição do ônus da prova feita pelo juiz	143
13.6.5.4.	A inversão do ônus da prova feita pelo juiz em causas de consumo	146
14.	Prova emprestada	147
14.1.	Generalidades	147
14.2.	Respeito ao contraditório	148
14.3.	Critérios de valoração da prova emprestada	149
14.4.	Prova emprestada produzida em segredo de justiça	149
14.5.	Prova produzida por juízo incompetente	150
14.6.	Interceptação telefônica autorizada no processo penal como prova emprestada no juízo cível	150
15.	Preclusão para o juiz em matéria de prova	151
16.	Conexão probatória e cooperação jurisdicional nacional (art. 69, CPC).	154
Capítulo 3	► Produção antecipada da prova	155
1.	Generalidades	155
2.	Natureza jurídica	156
3.	Fundamentos do pedido de produção antecipada de prova e petição inicial	157
4.	O processo de justificação	159
5.	Competência	160
6.	Tutela provisória liminar do direito à produção da prova	162
7.	Citação dos interessados	162
8.	Despacho inicial e esboço do procedimento	164
9.	Defesa e recursos	164
10.	Pedido contraposto de produção antecipada de prova	165
11.	Intervenção de terceiro atípica: ampliação do polo passivo	167
12.	Sentença, Coisa julgada e entrega dos autos	168
Capítulo 4	► Depoimento pessoal	171
1.	Noções gerais	171
2.	Espécies: o depoimento por provocação e o interrogatório	172
3.	Depoimento do presentante e do representante	174
4.	Recusa de depor	175
4.1.	Noção	175
4.2.	Escusa de depor	175

4.2.1. Noção	175
4.2.2. Direito ou dever de silêncio	176
4.2.3. Direito ao silêncio em relação a fatos criminosos ou torpes	177
4.2.4. Direito ao silêncio sobre fatos relacionados à vida familiar ou à atividade profissional	180
4.2.5. Regra geral de escusa	182
5. Procedimento do depoimento	182
Capítulo 5 ► Confissão	185
1. Generalidades	185
2. Natureza jurídica	186
3. Distinções	187
3.1. Confissão e reconhecimento do pedido	187
3.2. Confissão e admissão	189
4. Espécies de confissão	190
5. Eficácia da confissão	191
6. Ineficácia da confissão de quem não pode dispor dos direitos relacionados aos fatos confessados	193
7. A eficácia da confissão por representante	195
8. Irrevogabilidade da confissão	196
9. Invalidação da confissão	196
9.1. Generalidades	196
9.2. Impossibilidade de invalidação da confissão por dolo	197
9.3. O erro de fato como causa de invalidação	198
10. Indivisibilidade da confissão	200
Capítulo 6 ► Prova documental, ata notarial e exibição de documento ou coisa	201
1. Conceito de documento	201
2. Documento e prova documental	205
3. Prova documental e prova documentada	206
4. Importância da prova documental	209
5. Elementos do documento	210
5.1. Autoria do documento	210
5.1.1. Autoria material e autoria intelectual	210
5.1.2. Documento autógrafo e heterógrafo	211
5.1.3. Documentos públicos e particulares	211
5.1.4. Subscrição e identificação da autoria	212
5.1.5. Autenticidade	214

5.2. Conteúdo	214
5.3. Suporte	216
6. Documento e instrumento	217
7. Data do documento	218
8. Eficácia probatória do documento	220
8.1. Introdução	220
8.2. Força probante dos documentos públicos	220
8.2.1. Fé pública e presunção de autenticidade e de veracidade do conteúdo do documento público	220
8.2.2. A caracterização da escritura pública como “prova plena”. Crítica à utilização da expressão “prova plena”	221
8.2.3. O instrumento público como forma solene do ato jurídico (art. 406, CPC)	223
8.2.4. O documento público irregular (art. 407, CPC)	225
8.3. Força probante dos documentos particulares	228
8.3.1. Autenticidade e veracidade do conteúdo do documento particular (art. 408, caput, CPC)	228
8.3.2. Eficácia probatória dos documentos testemunhais (art. 408, p. único, CPC)	229
8.3.3. Eficácia probatória do telegrama, radiograma, do fac-símile e dos outros meios de transmissão de dados	230
8.3.4. Eficácia probatória das cartas, dos registros domésticos e das notas lançadas pelo credor no documento representativo da obrigação	231
8.3.5. Eficácia probatória dos livros empresariais e da escrituração contábil	232
8.3.6. Indivisibilidade do documento particular (art. 412, p. único, CPC) e da escrituração contábil (art. 419, CPC)	233
8.4. Originais, cópias, certidões e traslados	234
9. Ata notarial (art. 384, CPC)	238
10. Vícios do documento: a irregularidade e a falsidade	241
11. Documento eletrônico	243
11.1. Noção	243
11.2. Segurança e confiabilidade	244
11.3. O processo em autos eletrônicos	247
11.4. O documento eletrônico no processo em autos de papel	249
12. Produção da prova documental	250
12.1. Momentos da proposição e da produção da prova	250
12.2. Juntada posterior de documentos	251
12.3. Momento para manifestação sobre os documentos (art. 437, CPC)	253
12.4. Possíveis atitudes da parte contra quem a prova documental é produzida (art. 436, CPC)	253
13. Meios de obtenção da prova documental	254

13.1. Requisição de documentos (art. 438, CPC)	254
13.2. Exibição de documento ou coisa (arts. 396 a 404, CPC)	257
13.2.1. Generalidades	257
13.2.2. Pedido de exibição formulado em face da parte adversária	258
13.2.3. Procedimento da exibição promovida em face de terceiro particular	262
14. Arguição de falsidade	264
14.1. Noção	264
14.2. Natureza jurídica e finalidade	265
14.3. Legitimidade e interesse	266
14.4. Procedimento	267
Capítulo 7 ► Prova testemunhal	269
1. Noções gerais	269
2. Admissibilidade da prova testemunhal	270
3. Capacidade para testemunhar	272
3.1. Generalidades	272
3.2. Incapazes de testemunhar. As relações entre o CPC, o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Estatuto da Pessoa com Deficiência	273
3.3. Impedidos de testemunhar.	275
3.4. Suspeitos para testemunhar.	276
3.5. O art. 228 do Código Civil.	276
3.6. A possibilidade de testemunho de pessoas incapazes, impedidas e suspeitas.	277
4. Direito ao silêncio	278
5. Local e tempo do testemunho	278
6. Juntada do rol e intimação da testemunha	280
7. Substituição da testemunha	282
8. Procedimento de colheita do depoimento	283
8.1. Método de inquirição	283
8.2. Qualificação e contradita	283
8.3. Compromisso e escusa de depor	284
8.4. Inquirição direta pelos advogados e pelo juiz	284
8.5. Testemunho em língua estrangeira e em Libras	287
8.6. Dever de urbanidade	288
9. Documentação do testemunho	288
Capítulo 8 ► Prova pericial	293
1. Conceito e generalidades	293
2. Fontes da prova pericial	296

3. Espécies de perícia	297
4. O perito e o assistente técnico	300
4.1. O perito e suas funções	300
4.2. Requisitos para escolha do perito	304
4.3. Nomeação de mais de um perito. Perícia complexa	308
4.4. Escusa e recusa do perito	308
4.5. Substituição do perito	311
4.6. Assistente técnico e suas funções	312
4.7. Quadro comparativo	313
5. Admissibilidade	313
6. Procedimento de produção da prova pericial	315
7. perícia em local diverso	324
8. perícia simplificada	325
9. Escolha consensual do perito	326
10. valoração do resultado da perícia. Possibilidade de “segunda perícia” ou “outra perícia” ..	327
11. Despesas	332
Capítulo 9 ► Inspeção judicial	337
1. Noção	337
2. Postulação e admissão/determinação da prova. Momento adequado para a sua produção	337
3. Inspeção como prova principal e única	338
4. Fonte da inspeção	338
5. Inspeção de pessoa. O direito de não ser inspecionado	339
6. Inspeção de pessoa (terceiro)	339
7. Inspeção direta e indireta	340
8. Inspeção indireta como perícia informal	340
9. Partes assistidas por expert	341
10. Local da inspeção	341
11. Participação das partes na produção da prova	341
12. Conclusão e documentação da inspeção. Auto da inspeção como pressuposto de existência	342
13. Documentação da inspeção feita na sede do juízo	342
14. Manifestação sobre resultado da prova	343
Capítulo 10 ► Decisão judicial	345
1. Nota introdutória	345
2. Sistematização dos pronunciamentos judiciais	346

2.1.	Introdução: conceito e classificação dos pronunciamentos judiciais	346
2.2.	As decisões proferidas pelo juízo singular	346
2.2.1.	Generalidades	346
2.2.2.	Sentença	346
2.2.3.	Decisão interlocutória	348
2.3.	As decisões proferidas em órgão colegiado	349
2.4.	Decisões unipessoais proferidas em tribunal	350
3.	A sentença como norma jurídica individualizada	350
4.	Elementos da decisão judicial	354
4.1.	Introdução	354
4.2.	Relatório	354
4.3.	Fundamentação	355
4.3.1.	A legitimação da atividade jurisdicional e a regra da motivação	355
4.3.2.	Racionalidade e controlabilidade	358
4.3.3.	Integridade e coerência	361
4.3.4.	O conteúdo da fundamentação	361
4.3.4.1.	Fundamentação de admissibilidade e fundamentação de mérito	362
4.3.4.2.	Fundamentação de fato e fundamentação de direito	363
4.3.5.	Decisão sem fundamentação	369
4.3.5.1.	Ausência de fundamentação e fundamentação deficiente	369
4.3.5.2.	Exemplos de decisões não fundamentadas (art. 489, § 1º, CPC)	370
4.3.5.2.1.	Decisão que se limita à indicação, reprodução ou paráfrase do ato normativo, sem explicar sua relação com a causa ou a questão decidida (art. 489, § 1º, I)	371
4.3.5.2.2.	Decisão que emprega conceitos jurídicos indeterminados, sem explicar o motivo concreto de sua incidência no caso (art. 489, § 1º, II)	373
4.3.5.2.3.	Decisão que invoca motivos que se prestariam a justificar qualquer outra decisão (art. 489, § 1º, III) ..	378
4.3.5.2.4.	Decisão que não enfrenta todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador (art. 489, § 1º, IV)	379
4.3.5.2.5.	Decisão que se limita a invocar precedente ou enunciado de súmula, sem identificar seus fundamentos determinantes nem demonstrar que o caso sob julgamento se ajusta àqueles fundamentos (art. 489, § 1º, V)	383
4.3.5.2.6.	Decisão que deixa de seguir enunciado de súmula, jurisprudência ou precedente invocado pela parte, sem demonstrar a existência de	

	distinção no caso em julgamento ou a superação do entendimento (art. 489, § 1º, VI)	385
	4.3.5.2.7. Outros exemplos	386
	4.3.5.2.8. Dever de consideração de todos os argumentos suscitados (art. 489, § 1º, IV) e decisão de organização do processo prevista no art. 357, CPC.	389
	4.3.5.3. Consequência da ausência de fundamentação	391
	4.3.5.4. O art. 489, § 1º e o ônus da fundamentação analítica dos atos postulatórios	393
	4.3.6. A fundamentação e a coisa julgada	393
4.4.	Dispositivo	397
	4.4.1. Conceito	397
	4.4.2. A teoria dos capítulos de sentença	401
	4.4.3. Repercussões da teoria dos capítulos de sentença	404
5.	Requisitos da decisão judicial	406
	5.1. A congruência da decisão judicial	406
	5.2. A congruência externa	407
	5.2.1. Introdução: a abrangência dos arts. 141 e 492 do CPC	407
	5.2.2. A congruência objetiva	410
	5.2.2.1. Decisão ultra petita	410
	5.2.2.2. Decisão extra petita	414
	5.2.2.3. Decisão citra petita	417
	5.2.2.3.1. Generalidades	417
	5.2.2.3.2. Espécies de decisão citra petita	418
	5.2.2.3.3. Problemas específicos da decisão citra petita	422
	5.2.3. A congruência subjetiva	423
	5.3. A congruência interna	426
	5.3.1. Introdução: uma comparação com os requisitos do pedido	426
	5.3.2. Certeza (art. 492, p. ún., CPC). A sentença condicional	427
	5.3.3. Liquidez	431
	5.3.4. Clareza e coerência	437
6.	Interpretação da decisão judicial	440
7.	Decisões objetivamente e/ou subjetivamente complexas	447
8.	Decisões definitivas e decisões provisórias. Decisões de mérito e decisões de admissibilidade	449
	8.1. As “sentenças definitivas” e as “sentenças terminativas”	449
	8.2. Classificação baseada na profundidade do exame (decisão definitiva e decisão provisória) e na natureza da questão decidida (decisão de admissibilidade e decisão de mérito)	452
9.	A decisão e o fato superveniente	454
	9.1. O art. 493 do CPC	454

9.2. Causa de pedir e causa de defesa supervenientes	455
9.3. Pressupostos para a aplicação do art. 493 do CPC	461
9.4. Aplicação do art. 493 do CPC na instância recursal	463
10. A decisão que acolhe exceção substancial dilatária	464
11. Conteúdo da decisão	470
11.1. Conteúdo e efeitos: distinção	470
11.2. Classificação das decisões de procedência quanto ao seu conteúdo	471
11.2.1. Introdução	471
11.2.2. Decisões condenatórias	474
11.2.3. Decisões constitutivas	477
11.2.4. Decisões meramente declaratórias	480
12. Efeitos da decisão judicial	482
12.1. Eficácia principal	482
12.2. Eficácia reflexa	482
12.3. Eficácia anexa (eficácia de fato)	484
12.3.1. Generalidades	484
12.3.2. Hipoteca judiciária	486
12.4. Eficácia probatória	490
13. Decisão determinativa	492
14. decisão estrutural	494
15. Publicação, retratação e integração da decisão	502
Capítulo 11 ► Precedente judicial	505
1. Noções fundamentais	505
1.1. Decisão, precedente e ratio decidendi (ou holding)	505
1.2. Obiter dictum (ou dictum)	508
1.3. Identificação da ratio decidendi (ou holding)	510
1.4. Espécies de decisão e precedente	514
1.4.1. Decisão de admissibilidade, decisão de mérito e o precedente	514
1.4.2. Decisão que homologa autocomposição e precedente	515
2. A norma do precedente	516
3. Eficácia jurídica do precedente	517
3.1. Precedente como ato-fato jurídico	517
3.2. Efeitos dos precedentes	518
3.2.1. Generalidades	518
3.2.2. Precedente com eficácia vinculante/obrigatória	519
3.2.3. Precedente com eficácia persuasiva	521
3.2.4. Precedente com eficácia de obstar a revisão de decisões	521

3.2.5.	Precedente com eficácia autorizante	522
3.2.6.	Precedente com eficácia rescindente ou deseficazante	524
3.2.7.	Precedente que permite revisão de coisa julgada	525
3.3.	Precedentes obrigatórios no direito brasileiro	526
3.3.1.	Generalidades	526
3.3.2.	Classificação pelo procedimento de formação	528
3.3.2.1.	Precedentes oriundos de decisões em controle concentrado de constitucionalidade feito pelo Supremo Tribunal Federal	528
3.3.2.2.	Precedentes cuja ratio decidendi foi enunciada em súmula	529
3.3.2.3.	Precedentes produzidos por incidente em julgamento de tribunal: casos repetitivos e assunção de competência. O microsistema de formação concentrada de precedentes obrigatórios	530
3.3.2.4.	Precedentes oriundos do plenário ou do órgão especial	531
3.4.	Reconstruindo algumas normas jurídicas fundamentais (princípios e regras) à luz da eficácia dos precedentes no direito brasileiro	532
3.4.1.	Princípio da legalidade	533
3.4.2.	Princípio da igualdade	533
3.4.3.	Princípio da segurança jurídica	535
3.4.4.	Regra da motivação das decisões judiciais	536
3.4.5.	Princípio do contraditório	537
3.5.	Distinção entre a eficácia do precedente, coisa julgada e eficácia da intervenção .	539
4.	Deveres gerais dos tribunais relacionados ao sistema de precedentes judiciais	540
4.1.	Generalidades	540
4.2.	Dever de uniformização da jurisprudência	540
4.3.	Dever de manter a jurisprudência estável	541
4.4.	Dever de dar publicidade aos precedentes	542
4.5.	Dever de coerência e dever de integridade	542
4.5.1.	Premissas	542
4.5.2.	Dever de coerência	546
4.5.2.1.	Generalidades	546
4.5.2.2.	Alguns critérios para aferição da coerência	548
4.5.2.2.1.	Conformidade com o repertório conceitual da Teoria Geral do Direito e da Dogmática Jurídica	548
4.5.2.2.2.	Recondução a uma mesma norma superior	550
4.5.2.2.3.	Conformidade com a regra que impõe requisitos para a congruência interna da decisão	551
4.5.3.	Dever de integridade	551
5.	A dinâmica do precedente	554
5.1.	Súmula, jurisprudência e precedente. Produção e interpretação. Técnica de redação de enunciado sumulado	554

5.2.	Técnica de confronto, interpretação e aplicação do precedente: distinguishing	559
5.3.	Técnicas de superação do precedente: overruling e overriding	562
5.3.1.	Generalidades	562
5.3.2.	Overruling difuso e overruling concentrado	565
5.3.3.	Fundamentação do overruling	566
5.3.4.	Eficácia temporal da revogação do precedente	568
5.3.5.	Modulação de efeitos da superação do precedente. A sinalização (signaling).	570
5.3.6.	Superação antecipada (anticipatory overruling)	576
5.3.7.	Superação parcial (overriding)	577
6.	A “súmula vinculante”	578
Capítulo 12	► Coisa julgada	583
1.	Coisa julgada – noção. Efeito negativo e positivo da coisa julgada	583
2.	A coisa julgada como efeito jurídico	585
3.	Pressupostos para a formação da coisa julgada	586
4.	Fundamento constitucional da coisa julgada	587
5.	Coisa julgada formal	587
6.	Coisa julgada e tríplice identidade	588
7.	Regimes de formação da coisa julgada: coisa julgada pro et contra, secundum eventum litis e secundum eventum probationis	590
8.	Coisa julgada e negócios processuais	591
9.	Limites objetivos da coisa julgada	593
9.1.	Generalidades	593
9.2.	Revisão de noções sobre a teoria da cognição judicial	593
9.2.1.	Questão principal e questão incidental	593
9.2.2.	Conceito de mérito (objeto litigioso) – visão tradicional	594
9.2.3.	Conceito de mérito (objeto litigioso) – posição adotada – o exercício do contradireito pelo réu	595
9.3.	Questão principal expressamente decidida	596
9.4.	Decisão de mérito	597
9.5.	Coisa julgada parcial. A ação rescisória contra coisa julgada parcial	597
9.6.	Decisões de conteúdo processual e coisa julgada	600
9.7.	Incidentes processuais e coisa julgada	603
9.8.	Extensão da coisa julgada às questões prejudiciais incidentais	604
9.8.1.	Conceito de questão prejudicial	604
9.8.2.	Questão prejudicial expressa e incidentalmente decidida	605
9.8.3.	Questão prejudicial incidental expressamente decidida e efeito devolutivo do recurso	607

9.8.4.	Dois regimes jurídicos distintos de coisa julgada: coisa julgada relativa à solução da questão principal e coisa julgada relativa à solução da questão prejudicial incidental	607
9.8.5.	Impedimentos à extensão da coisa julgada à resolução da questão prejudicial incidental	608
9.8.5.1.	Objecção de impertinência	608
9.8.5.2.	Objecção de ausência de contraditório	608
9.8.5.3.	Objecção de incompetência	610
9.8.5.4.	Objecção de cognição insuficiente	611
9.8.5.5.	Objecção de ausência de remessa necessária.	611
9.8.6.	Alegação das objeções à extensão da coisa julgada à prejudicial incidental	612
9.8.7.	Instrumento para o controle da coisa julgada relativa à prejudicial incidental	612
9.8.8.	Questão prejudicial principal	613
9.8.9.	A sobrevivência da ação declaratória incidental	613
9.8.10.	Ação declaratória autônoma	614
9.8.11.	Direito transitório	614
9.9.	Questões cuja resolução não se torna indiscutível pela coisa julgada	615
10.	Limites subjetivos da coisa julgada	616
10.1.	Regra geral	616
10.2.	Hipóteses de extensão da coisa julgada a terceiros	617
10.3.	Coisa julgada e obrigações solidárias (art. 274 do Código Civil)	619
11.	Eficácia preclusiva da coisa julgada	622
12.	Limites temporais da coisa julgada	625
12.1.	Generalidades	625
12.2.	Coisa julgada e relações jurídicas de trato continuado (art. 505, I)	626
12.3.	Instrumentos de controle da coisa julgada	631
12.4.	Teoria da relativização atípica da coisa julgada	632
13.	Coisa julgada e ações concorrentes	636
Capítulo 13 ► Tutela Provisória		637
1.	Noções gerais	637
1.1.	Tutela definitiva: satisfativa e cautelar	637
1.2.	Características da tutela cautelar	638
1.2.1.	Referibilidade e temporariedade	638
1.2.2.	A coisa julgada cautelar	639
1.3.	Síntese	642
2.	“Tutela provisória”: antecipação provisória dos efeitos da tutela definitiva	643
2.1.	Generalidades	643

2.2.	Características	644
2.3.	Espécies de tutela provisória: satisfativa (antecipada) e cautelar	645
3.	Regime jurídico da tutela provisória: regras gerais	646
3.1.	Introdução terminológica.	646
3.2.	Fundamento: urgência ou evidência	648
3.3.	Forma de requerimento: incidental ou antecedente	649
3.4.	Legitimidade	651
3.5.	Cabimento	654
3.6.	Momento da concessão	656
3.6.1.	Considerações iniciais	656
3.6.2.	Liminarmente	657
3.6.3.	Na sentença	660
3.6.4.	Em grau recursal	661
3.7.	Manifestação do requerido	661
3.8.	Instrução	662
3.9.	Decisão	663
3.10.	Precariedade: modificação ou revogação a qualquer tempo	664
3.11.	Recurso	666
3.12.	Efeitos antecipáveis	667
3.13.	Forma de efetivação	669
3.14.	Concessão de ofício	672
4.	Tutela provisória de urgência	674
4.1.	Considerações iniciais	674
4.2.	Pressupostos gerais	675
4.2.1.	Probabilidade do direito	675
4.2.2.	Perigo da demora	677
4.3.	Pressuposto específico: reversibilidade da tutela provisória satisfativa	680
4.4.	Tutela de urgência satisfativa (antecipada) em caráter antecedente	683
4.5.	Estabilização da tutela de urgência satisfativa (antecipada)	684
4.5.1.	Estabilização da decisão concessiva de tutela antecipada como técnica de monitorização do processo civil brasileiro	684
4.5.2.	Pressupostos da estabilização da decisão concessiva de tutela antecipada	686
4.5.2.1.	Requerimento de tutela provisória satisfativa antecedente.	687
4.5.2.2.	Ausência de manifestação do autor pelo prosseguimento do processo para a tutela definitiva.	687
4.5.2.3.	Decisão que concede a tutela provisória satisfativa antecedente.	688
4.5.2.4.	Inércia do réu.	689

4.5.2.5.	Síntese dos pressupostos para a estabilização da tutela provisória satisfativa e negócio processual atípico sobre o tema.	692
4.5.3.	Ação de impugnação ou confirmação da decisão concessiva de tutela provisória satisfativa estabilizada	693
4.5.4.	Estabilização da tutela satisfativa antecedente e coisa julgada. Confronto com a ação monitória	694
4.6.	Tutela de urgência cautelar em caráter antecedente	695
4.7.	Fungibilidade das tutelas de urgência	698
5.	Tutela provisória de evidência	699
5.1.	Conceitos fundamentais	699
5.2.	Pressupostos	702
5.2.1.	Noções iniciais	702
5.2.2.	Tutela de evidência punitiva. Atos protelatórios e abusivos da parte	703
5.2.3.	Tutela de evidência documentada fundada em precedente obrigatório	707
5.2.4.	Tutela de evidência documentada de contrato de depósito	710
5.2.5.	Tutela de evidência documentada na ausência de contraprova documental suficiente	712
6.	Tutela provisória contra a Fazenda Pública	713
6.1.	Panorama legislativo – perspectiva histórica e atual	713
6.2.	Panorama doutrinário	716
6.3.	Panorama jurisprudencial	720
6.4.	Exigência de trânsito em julgado para a expedição do precatório (EC n. 30/2001 e n. 62/2009)	723
6.5.	Tutela provisória para a obrigação de fazer, não fazer e dar coisa em face do Poder Público	725
6.6.	Tutela provisória contra o Poder Público em matéria tributária	727
	Bibliografia	729

Nota do autor à 12ª edição

A décima segunda edição não veio com muitas mudanças em relação à anterior.

No capítulo sobre a parte geral do direito probatório, inserimos um item sobre a conexão probatória.

No capítulo sobre decisão judicial, acrescentamos um item sobre a relação entre o dever de consideração do art. 489, §1º, IV, e a decisão de saneamento do processo. Ainda nesse capítulo, aprimoramos a parte sobre as diretrizes para a interpretação da decisão judicial.

Na parte sobre tutela provisória de evidência, retificamos nosso posicionamento, para admitir a tutela cautelar de evidência, exemplificando com a hipótese do art. 7º da Lei n. 8.429/1992 (lei de Improbidade Administrativa).

Acrescentamos a referência à regulamentação da audiência pública no Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, que merece elogios e, por isso, pode servir como modelo para outros tribunais.

Houve a necessidade de proceder à retificação de (inevitáveis) erros materiais existentes na edição passada.

Gostaríamos de agradecer a Rodrigo Salazar, Ravi Peixoto, Priscila de Jesus, Jorge Trindade de Souza, Frederico Koehler e Felipe Batista pelas sugestões para o aperfeiçoamento do livro.

Este *Curso* mantém a proposta original de ser uma obra em progresso. Contamos com a ajuda de todos nessa empreitada.

Que os alunos, professores, juristas e tribunais continuem acolhendo este *Curso*.

Salvador, janeiro de 2017.